

CONTRATO Nº 006/2014-SMRIF

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2014-0.113.050-6

PREGÃO SEMPLA Nº 032/2013-COBES

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 002/SEMPA-COBES/2014.

OBJETO: Aquisição de mobiliário padronizado conforme Edital do Pregão Eletrônico nº 032/2013-COBES e Ata de Registro de Preços nº 002/SEMPA – COBES/2014.

VALOR: R\$ 47.491,79 (quarenta e sete mil quatrocentos e noventa e um reais e setenta e nove centavos).

CONTRATANTE: Secretaria Municipal de Relações Internacionais e Federativas

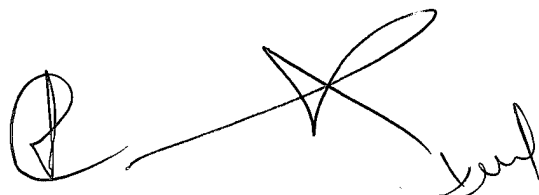
CONTRATADA: GRIF – APLICAÇÃO E DECORAÇÃO LTDA.

Pelo presente, de um lado, a PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO – PMSP, através da Secretaria Municipal de Relações Internacionais e Federativas, inscrita no C.N.P.J. Nº 04.545.723/0001-27, localizada no Viaduto do Chá, 15, 7º andar - São Paulo / SP, neste ato, representada pelo Sr. Chefe de Gabinete **GUSTAVO CARNEIRO VIDIGAL CAVALCANTI**, adiante designada apenas CONTRATANTE e, de outro lado, a empresa **GRIF APLICAÇÃO E DECORAÇÃO LTDA.**, inscrita no C.N.P.J. nº 65.725.129/0001-02, situada na Av. Celso Daniel, nº 1456, Distrito Empresarial, Ribeirão Preto/SP., CEP 14.072-085, tel. (16) 2132-8787, neste ato por seu representante legal, Senhor **PEDRO IRIS PONTES**, portador da Cédula de Identidade/RG nº 6.721.720-SP e inscrito no CPF sob o nº 742.990.268-53, conforme instrumento probatório, designada a seguir como CONTRATADA, e em conformidade com o despacho de fls. 223, publicado no D.O.C. de 13/08/2014, do processo nº 2014-0.113.050-6, formalizam o presente instrumento, conforme segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1. Aquisição dos seguintes mobiliários padronizados:

QUANTIDADE	DESCRIÇÃO
57	MESAS AUTO PORTANTE EM “L” – SISTEMA ESTAÇÃO DE TRABALHO – 1400 X 1400 MM
01	MESA “RETANGULAR” PARA REUNIÃO SISTEMA ESTAÇÃO DE TRABALHO
20	ARMÁRIOS DE MADEIRA – SISTEMA ESTAÇÃO DE TRABALHO – ALTO – L (800MM) P(500MM) A (1600MM) – 3 PATELEIRAS
05	ARMÁRIOS DE MADEIRA – SISTEMA ESTAÇÃO DE TRABALHO – BAIXO – L (800MM) P(500MM) A (740MM) – 1 PRATELEIRA
57	GAVETEIROS VOLANTE – SISTEMA ESTAÇÃO DE TRABALHO



CLÁUSULA SEGUNDA - DO PRAZO DE ENTREGA

2.1. A entrega do objeto do presente Contrato será feita de forma IMEDIATA, no prazo de até 30 (trinta) dias corridos a partir do recebimento da Nota de Empenho, conforme Item 4.2. da Cláusula Quarta da Ata de Registro de Preços nº 002/SEMPA-COBES/2014.

2.2. O material será recebido nos termos do artigo 73, inciso II da Lei Federal nº 8.666/93, devendo ser observado o contido na Portaria nº 77/SMA-G/93 de 21/09/1993.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO LOCAL DA ENTREGA

3.1. O objeto deste contrato deverá ser entregue pela Contratada, na Secretaria de Relações Internacionais e Federativa, situada no Viaduto do Chá, nº 15, 7º andar, Centro, São Paulo/SP.

CLÁUSULA QUARTA - DA VIGÊNCIA

4.1. O presente Contrato terá vigência de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura.

CLÁUSULA QUINTA - DO PREÇO E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

5.1. O valor do presente Contrato é de R\$ 47.491,79 (quarenta e sete mil, quatrocentos e noventa e um reais e setenta e nove centavos).

5.2. As despesas onerarão a dotação orçamentária nº 31.10.04.122.3024.2100.44905200-00, do orçamento vigente, através da Nota de Empenho nº 67196/2014, no valor de R\$ 47.491,79 (quarenta e sete mil, quatrocentos e noventa e um reais e setenta e nove centavos).

5.3. O pagamento será efetuado em conformidade com o fornecimento, mediante apresentação do original da nota fiscal ou nota fiscal fatura, bem como de cópia reprográfica da Nota de Empenho.

5.3.1. Na hipótese de existir Nota de retificação e/ou Nota suplementar de Empenho, cópia(s) da(s) mesma(s) deverá(ão) acompanhar os demais documentos.

5.4. O prazo de pagamento será de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento do objeto.

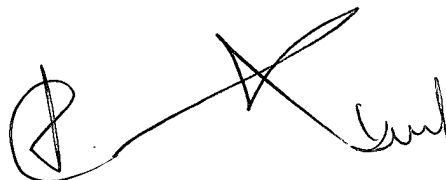
5.4.1. Caso venha ocorrer a necessidade de providências complementares por parte da Contratada, a fluência do prazo será interrompida, reiniciando-se a sua contagem a partir da data em que estas forem cumpridas.

5.4.2. Caso venha a ocorrer atraso no pagamento dos valores devidos, por culpa exclusiva da Administração, a Contratada terá direito à aplicação de compensação financeira, nos termos da Portaria SF nº 05, de 05/01/2012.

5.5. O pagamento será efetuado por crédito em conta corrente no BANCO DO BRASIL S/A conforme estabelecido no Decreto nº 51.197, publicado no D.O.C. do dia 22 de janeiro de 2010.

5.6. Fica ressalvada qualquer alteração por parte da Secretaria Municipal de Finanças, quanto às normas referentes a pagamento dos fornecedores.

CLÁUSULA SEXTA – DAS PENALIDADES



6.1. Além das sanções previstas no Capítulo IV, da Lei Federal nº 8.666/93 e demais normas pertinentes, a Contratada estará sujeita às penalidades a seguir discriminadas, que serão aplicadas pela COJUCO – Comissão de Julgamento de Compras, do Departamento de Gestão de Suprimentos e Serviços - DGSS, nos termos do artigo 18, parágrafo 6º do Decreto nº 44.279/03:

6.1.1. Multa de 1 % (um por cento) ao dia sobre o valor da Nota de Empenho, por dia de atraso da Contratada em assinar o contrato e/ou retirar a Nota de Empenho, até o 10º dia de atraso, após o que será aplicada multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor da Nota de Empenho, sem prejuízo de, a critério da Administração, aplicar-se pena de suspensão temporária do direito de licitar e contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até 2 (dois) anos.

6.1.1.1. Aplicar-se-ão as mesmas penas previstas neste subitem, se o impedimento à assinatura do Contrato ou retirada da Nota de Empenho decorrer da não apresentação da documentação mencionada no Item 6.6. da Ata de Registro de Preços nº 02/SEMPA-COBES/2014.

6.1.2. Multa por atraso na entrega do objeto: 1% (um por cento) sobre a quantidade que deveria ser entregue, por dia de atraso, até o limite de 20% (vinte por cento).

6.1.2.1. Ocorrendo atraso superior a 20 (vinte) dias a Contratante poderá, a seu critério, recusar o recebimento do material, aplicando as sanções referentes à inexecução parcial ou total do ajuste, conforme o caso.

6.1.3. Multa por inexecução parcial do ajuste: 20% (vinte por cento) sobre o valor da parcela que deveria ser executada.

6.1.4. Multa por inexecução total do ajuste: 30% (trinta por cento) sobre o valor do ajuste, sem prejuízo de, a critério da Administração, aplicar-se pena de suspensão temporária do direito de licitar e contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até 2 (dois) anos.

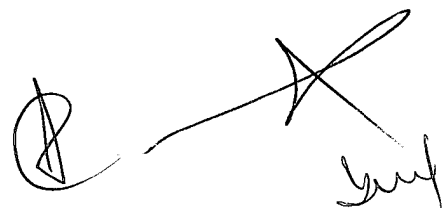
6.1.5. Caso se constatem problemas técnicos relacionados ao objeto entregue, a CONTRATADA deverá substituí-lo, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, sob pena de aplicação de multa de 1% (um por cento) ao dia, sobre o valor da parcela entregue irregularmente, até o vigésimo dia, após o que será aplicada a multa prevista no subitem 6.1.3., podendo ser aplicada cumulativamente, pena de suspensão temporária do direito de licitar e contratar com a Administração Pública, pelo período de até 2 (dois) anos.

6.1.6. Multa de 1% (um por cento) por descumprimento de quaisquer das obrigações decorrentes do ajuste, não previstos nos subitens acima, que incidirá sobre o valor do ajuste.

6.1.7. As sanções são independentes e a aplicação de uma não exclui a das outras.

6.1.8. O prazo para pagamento das multas será de 05 (cinco) dias úteis a contar da intimação da empresa apenada. A critério da Administração e sendo possível, o valor devido será descontado da importância que a empresa tenha a receber da Administração Pública. Não havendo pagamento pela empresa, o valor será inscrito como dívida ativa, sujeitando a devedora a processo judicial de execução.

6.1.9. As multas poderão ser descontadas do pagamento devido ou por intermédio da retenção de créditos decorrentes do contrato até os limites do valor apurado, conforme dispõe o parágrafo único do artigo 55 do Decreto Municipal nº 44.279/2003.



CLÁUSULA SÉTIMA – DA GESTÃO DO CONTRATO

7.1. A gestão do presente Contrato será exercida pela Secretaria Municipal de Relações Internacionais e Federativas, por intermédio de servidor José Carlos Fernandes de Oliveira 696.853.8, e, na sua ausência, pelo servidor José Ricardo Pimentel Felipe, RF 535.950.3, designados para tal finalidade, a quem competirão o gerenciamento da execução do ajuste durante sua vigência.

CLÁUSULA OITAVA - DISPOSIÇÕES FINAIS

8.1. A Contratada no ato da assinatura deste instrumento, apresentou a seguinte documentação:

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda – CNPJ/MF.
- b) Certidão Negativa Conjunta de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União ou outra equivalente na forma da lei.
- c) Certidão de Regularidade para com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede da proponente, pertinente ao seu ramo de atividade e relativa aos tributos relacionados com o objeto licitado, na seguinte forma:
 - c1) Certidão Negativa de Débitos Tributários da Dívida Ativa do Estado de São Paulo, expedida pela Procuradoria Geral do Estado, atestando a inexistência de débitos inscritos.
- d) Certidão Negativa de Débitos relativa às Contribuições Previdenciárias e as de Terceiros – CND - ou outra equivalente na forma da lei.
- e) Certificado de Regularidade do FGTS - CRF, fornecido pela Caixa Econômica Federal;

8.1.1. Serão aceitas como prova de regularidade para com as Fazendas, certidões positivas com efeito de negativas e certidões positivas que noticiem em seu corpo que os débitos estão judicialmente garantidos ou com sua exigibilidade suspensa.

8.2. Conforme dispõe o Decreto nº 48.325/2007, a Contratada no ato da assinatura do presente Contrato, apresentou:

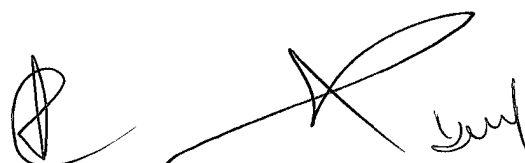
- a) cópia autenticada das notas fiscais de aquisição da madeira utilizada na confecção do objeto do presente contrato
- b) comprovante de que o fornecedor da madeira encontra-se inscrito no Cadastro Técnico Federal (CTF) do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA.

8.3. A Contratada se obriga a utilizar produtos ou subprodutos de madeira de origem nativa ou exótica que tenham procedência legal.

8.4. Ainda como condição para a formalização do contrato, deverá estar comprovado que a empresa não possui pendências junto ao Cadastro Informativo Municipal – CADIN MUNICIPAL, por força da Lei Municipal nº 14.094/05 e Decreto nº 47.096/06, que disciplinam que a inclusão no CADIN impedirá a empresa de contratar com a Administração Municipal.

8.5. A Contratada exibiu neste ato, o documento de Arrecadação do Município (DAMSP), nos termos da Portaria SF 63/2006, no valor de R\$ 107,40(cento e sete reais e quarenta centavos), correspondente ao pagamento preço público relativo a elaboração do presente instrumento.

8.6. Fica fazendo parte integrante do Contrato a Ata de Registro de Preços nº 002/SEMPLA-COBES/2014, onde constam as demais condições exigidas, conforme disposto no artigo 66 e seguintes da Lei Federal nº 8.666/93, com nova redação dada pela Lei nº 8.883/94.



8.7. Este Contrato obedece a Lei Municipal nº 13.278/02, as Leis Federais 8.666/93 e 10.520/02 e demais normas pertinentes

8.8. Nenhuma tolerância das partes quanto à falta de cumprimento de quaisquer das cláusulas do ajuste poderá ser entendida como aceitação, novação ou precedente.

CLÁUSULA NONA – DO FORO

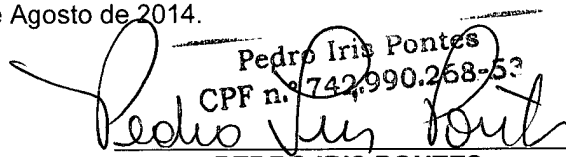
9.1. Fica eleito o foro do Município de São Paulo para dirimir quaisquer controvérsias decorrentes do presente ajuste.

E, por estarem assim justas e contratadas, foi lavrado este instrumento que, após lido, conferido e achado conforme vai assinado e rubricado em 03 (três) vias de igual teor, pelas partes e 02 (duas) testemunhas abaixo identificadas.

São Paulo, 22 de Agosto de 2014.



**GUSTAVO CARNEIRO VIDIGAL
CAVALCANTI**
CHEFE DE GABINETE
SECRETARIA DE RELAÇÕES
INTERNACIONAIS E FEDERATIVAS




PEDRO IRIS PONTES
REPRESENTANTE LEGAL
GRIF APLICAÇÃO E DECORAÇÃO LTDA

Pedro Iris Pontes
CPF n.º 742.990.268-53

TESTEMUNHAS:



Nome: **Tânia Tomiko Kurokawa**
Supervisão de Administração e Finanças
R.G. n.º: **SMRIF - RF: 505.585.7**



Nome: **Quishione M. Almeida**
R.G. n.º: **29.854.9906.**